

DINÂMICA ECONÔMICA E REORGANIZAÇÃO ESPACIAL. NOTAS SOBRE O CASO DA EXPANSÃO DO CAPITAL URBANO NO ESPAÇO RURAL NA AMAZÔNIA¹

ÂNGELA MOULIN S. PENALVA SANTOS²

RESUMO - Este trabalho parte da premissa de que o Capitalismo, em seu processo de desenvolvimento, vai apresentando desdobramentos espaciais que acabam por conferir à cidade a condição de "locus" privilegiado de acumulação. Uma vez, contudo, que as oportunidades de investimentos rentáveis na cidade vão diminuindo, o espaço rural se rerepresenta como uma fronteira de oportunidades, o que acaba resultando em novas relações entre campo e cidade, que não podem ser reduzidas apenas à clássica drenagem de recursos do campo em direção à cidade. Estas novas relações cidade-campo não são característica apenas das regiões de ocupação já consolidada, mas também das áreas de ocupação recente, como é o caso da Amazônia, mesmo nas localidades cuja incorporação à economia capitalista se deve a projetos de colonização agrícola.

Termos para indexação: fronteira de recursos, urbanização, relações campo-cidade.

ECONOMIC DYNAMIC AND SPATIAL TRANSFORMATIONS. NOTES ON EXPANSION OF
URBAN CAPITAL IN RURAL SPACE IN AMAZON

ABSTRACT - This paper considers that Capitalism, in its development process, presents spacial unfoldings that confer to the City the condition of main "locus" of accumulation. Since, however, that diminishes the profitable opportunities of new investments into the City, the rural space presents itself as a frontier of opportunities. These results in new relationships between City and Field cannot be simplified only as the classical drainage of resources from the Field to the City. This new relationship "City-Field" is not common only in consolidated areas, but also in areas of recent occupation, for instance, Amazon, even in small villages where the incorporation to the capitalist economy is due to the agrarian colonization projects.

Index terms: frontier, urbanization, "city-field" relationships.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento capitalista transferiu o eixo econômico do espaço rural para o espaço urbano, ao longo do processo de instrução. Este desenvolvimento foi marcado pela transferência de recursos, população em particular, para as cidades onde se situavam os novos investimentos. Em função disso, o aumento da taxa de urbanização da população passou a ser considerado um indicador de desenvolvimento, enquanto que o campo passou a ser identificado com atraso e tradicionalismo.

¹ Recebido em 14/06/94

Aceito para publicação em 16/11/94

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional, FAU/USP e professora Adjunto da FCE/UERJ

Rua Manuel Brasiliense, 105/202 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – CEP 22621-140 – Brasil

O aprofundamento da acumulação capitalista tem levado, entretanto, à expansão do capital urbano em direção ao espaço rural. Este tornou-se uma das órbitas de valorização do capital. Esse redirecionamento do fluxo do capital tem trazido modificações importantes no relacionamento entre campo e cidade, implicando a necessidade de requalificar a hipótese que relaciona desenvolvimento com urbanização. Estas novas relações cidade-campo representam uma nova forma de estruturação do espaço, devendo ser consideradas na formulação de políticas públicas.

Neste artigo, procuramos investigar o fenômeno da expansão dos capitais urbanos em direção ao espaço agrário, tomando como referência estudo de caso de comerciantes estabelecidos em cidades nos projetos de colonização na Amazônia.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL URBANO EM DIREÇÃO AO ESPAÇO RURAL

Um dos processos geradores das novas relações campo-cidade foi a modernização técnica da agricultura brasileira. Este processo, amplamente investigado na literatura econômica, estabeleceu estreitos vínculos entre o setor agrícola e os setores industriais, a montante e a jusante, intensificando e diversificando as relações de troca entre o campo e a cidade.

A modernização da agricultura gerou, por exemplo, novas funções para as cidades: trata-se da necessidade crescente de serviços urbanos da agricultura moderna. Ao contrário dos antigos empreendimentos agrícolas, a moderna empresa agropecuária não pode ter uma organização autárquica, por demandar serviços que, por sua natureza, se estruturam nos núcleos urbanos. Estes são os casos dos serviços de telecomunicações, financeiros, marketing, manutenção de equipamentos, assistência técnica, dentre outros.

Contudo, a dimensão econômica das relações campo-cidade não se restringiram à articulação inter-setorial agricultura-indústria ou a constituição dos Complexos Agro-Industriais. Uma outra modalidade de integração econômica entre campo e cidade, objeto de nossa atenção, diz respeito à expansão de capitais oriundos de atividades urbanas no meio rural. Neste caso, não se trata de uma simples relação de troca entre setores, e sim da ampliação direta de capitais acumulados na cidade em áreas rurais.

Este fenômeno parece extremamente relevante, pois expressa claramente a revalorização do campo, que agora buscamos focalizar ao nível das relações econômicas. É relevante, igualmente, por recolocar questões que são importantes para a compreensão das transformações do agro brasileiro, isto é: a) a questão do mercado de terras e da apropriação fundiária por agentes econômicos da cidade; b) a questão do uso produtivo versus o uso especulativo da terra; c) o redimensionamento do campo enquanto fronteira de negócios para capitais acumulados na cidade. Tais questões nos levam a considerar o estudo sobre a expansão de capitais de origem urbana no meio rural bastante

revelador das novas relações entre campo e cidade.

Apesar de sua importância, poucos estudos foram realizados acerca do tema. Já foi mencionado que a modernização da agricultura brasileira tem sido amplamente estudada. No entanto, a maioria destes estudos focaliza as relações inter-setoriais agricultura-indústria, a exemplo das importantes contribuições de J. Graziano da Silva (2), G. Mueller (3), A. Kageyana (4), J. Wilkinson (5), dentre outros.

Com relação aos investimentos não agrícolas no campo, destaca-se o singular trabalho de Delgado (6). Ao estudar a articulação entre a agricultura e o capital financeiro no país a partir da década de 70, o autor focaliza a expansão de grandes conglomerados econômicos no setor agrícola. Este processo, por ele denominado de fusão de capitais, distingue-se da articulação inter-setorial (integração técnica agricultura-indústria) por envolver a apropriação da terra para fins produtivos e/ou especulativos.

O investimento em terras agrícolas para fins produtivos está articulado à diversificação produtiva do capital industrial e comercial, sobretudo daqueles que possuem vínculos a jusante com a agricultura (indústrias alimentares, têxteis, supermercados). Por outro lado, os investimentos em terra por parte de grandes empresas ligadas a setores sem vínculos diretos com a agricultura constituem estratégias de valorização patrimonial, a exemplo do capital bancário e de vários segmentos do capital industrial. Nestes casos, a produção agropecuária representa parcela ínfima na receita das empresas, muito embora as propriedades agrícolas possuam peso importante nos seus patrimônios.

A aplicação de capitais industriais, comerciais e bancários no setor agrícola, seja para fins produtivos seja para fins de diversificação patrimonial, constitui manifestação concreta de um dos mais importantes processos de articulação rural-urbano, qual seja, a transformação da terra em ativo financeiro.

De fato, a terra agrícola passa a constituir-se em um ativo, concorrendo com outros títulos no mercado financeiro. Não obstante sua menor liquidez, a terra representa uma alternativa estável para o investidor, pois não está sujeita às oscilações do mercado financeiro que, por sua vez, tem sido objeto de intervenções do governo, justificadas por políticas de estabilização. Além disso, trata-se de um ativo que oferece oportunidade de valorização produtiva. É neste contexto que se unifica a aplicação de investidores urbanos em terras agrícolas.

Há, contudo, na apreciação deste fenômeno de expansão de capitais da cidade para o campo, uma ausência de estudos sobre a atuação do pequeno capital, ou seja, dos agentes econômicos de pequeno porte que, muitas vezes sob a forma de pessoas físicas, investem recursos obtidos em atividades urbanas na aquisição de terras e na produção agropecuária. Estes pequenos investidores, embora tenham um raio de atuação bem menor do que o das grandes empresas (geralmente limitando-se ao entorno de suas cidades), constituem agentes de inegável importância no processo de articulação rural-urbana.

Mais do que o caráter especulativo que, historicamente, a terra assumiu no

país, a compra de terras agrícolas por pequenos agentes da cidade apresenta um novo significado. Num contexto em que a terra, conforme já foi dito, constitui um ativo a semelhança de títulos financeiros, é possível que a atuação do pequeno capital urbano no mercado de terras represente uma estratégia de diversificação dos rendimentos, análoga à das grandes empresas. Uma vez que as possibilidades de escolha das diferentes alternativas de investimento no mercado financeiro são reduzidas face ao menor volume de capital, a compra de terras parece ser uma opção segura para o pequeno investidor.

Queremos destacar, portanto, o fato de que a expansão de capitais da cidade para o campo, que entendemos como uma das dimensões das relações entre campo e cidade, envolve não somente a atuação de grandes empresas como também do pequeno investidor. A falta de estudos conceituais e empíricos faz com que as considerações aqui feitas acerca das estratégias desses pequenos agentes urbanos estejam ainda no campo das especulações. No entanto, constituem o ponto de partida para o estudo de caso que focalizamos na seção seguinte (7).

URBANIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NA AMAZÔNIA

A colonização dirigida foi uma das estratégias de ocupação da fronteira amazônica. Desde fins da década de 1960 até o final dos anos 70, foi implantada uma série de projetos de colonização oficiais, através do INCRA, e privados, através de colonizadoras particulares.

Projetados para assentar população no campo, os projetos de colonização agrícola na Amazônia contribuiriam para aumentar a produção de alimentos (e com isso, diminuir as pressões inflacionárias oriundas da oferta agrícola inadequada); arrefecer o crescimento urbano nas cidades já densamente ocupadas (o que diminuiria os dispêndios com investimentos de infra-estrutura urbana); além de evitar o enfrentamento do problema da estrutura agrária, baseada no latifúndio, com a transferência dos “excedentes de população rural” (realizando o que ficou conhecido como “reforma agrária pacífica”).

A exemplo da ocupação de outras fronteiras de recursos, como o Oeste Americano e mesmo o Paraná, os núcleos urbanos dos projetos de colonização foram planejamentos para dar suporte à atividade agrícola. Esta foi planejada para estar centrada em apenas um ou poucos produtos. Mais do que as dificuldades de armazenamento e comercialização, a dependência da cotação de um único ou poucos produtos foi responsável pelo fraco desempenho econômico da agricultura nos projetos de colonização.

No entanto, a hipótese corrente, ao longo da década de 1980, que explicaria este resultado, indicava o relacionamento entre produtores agrícolas e comerciantes. Estes últimos imporiam preços mais altos aos agricultores que recorriam ao comércio local para abastecer-se, bem como estavam submetidos aos preços mais baixos na venda

dos produtos agrícolas aos comerciantes. Isto é, haveria uma apropriação da renda agrícola por parte dos comerciantes, que impedia a reprodução da condição de pequeno agricultor. Vale dizer, ocorreria a clássica drenagem de recursos do campo em direção à cidade. Em razão disso, muitos vendiam seus lotes, realizavam um lucro patrimonial, com o que aumentava o tamanho médio das propriedades agrícolas, que, progressivamente, passavam por um processo de reconversão do uso da terra da agricultura para a pecuária. A pequena demanda por força de trabalho engendrada por esta atividade, por sua vez, também contribuía para a transferência de população do campo para as cidades.

A significativa taxa de urbanização da população da Amazônia, e das localidades de colonização, em particular, indicam que a estratégia de manter a população no campo não tem sido exitosa. A população dos núcleos urbanos daquelas localidades dá sinais de que está estabelecida aí, desenvolvendo atividades que lhe permite reproduzir-se em condições vantajosas quando comparadas com sua situação anterior à vinda para a Amazônia. A tabela I apresenta o crescimento demográfico nas localidades de colonização e indica a sua taxa de urbanização.

TABELA I
Colonização Dirigida: População Residente e Taxa de Urbanização

LOCAIS	1970	1980	1991	1980/70 (%)	1991/80 (%)	POP. URBANA 1991 (%)
PA: Colonização Oficial						
Altamira	15.345	48.164	120.441	213,9	150,1	43
Medicilândia	–	17.406	38.043	–	118,6	10
Pacajá	–	17.943	30.784	–	71,6	13
M. Alegre	28.317	37.906	46.979	33,9	23,9	36
Total	43.662	121.419	236.247	178,1	94,6	
Pará	2.161.316	3.411.868	5.084.726	57,9	48,0	
MT: Colonização Particular						
A. Floresta	–	14.085	46.396	–	229,4	73
Paranaita	–	3.883	12.154	–	213,0	54
N. Mutum	–	1.086	5.491	–	405,6	38
S.J.R. Claro	–	7.211	15.398	–	113,5	54
Total	–	26.265	79.439	–	202,5	
M. Grosso	601.042	1.141.661	2.020.581	88,9	77,0	

Fonte: Censos Demográficos

A política de colonização dirigida mudou o perfil demográfico da Amazônia. Além dos migrantes que se estabeleceram nos projetos de colonização, a ocupação da região atraiu novos fluxos migratórios espontâneos. Cabe destacar, entretanto, a inesperada taxa de urbanização verificada na população atual das localidades de colonização, situação que caracteriza a população da própria fronteira amazônica como um todo.

Assim, a estruturação da região amazônica tem sido realizada com população majoritariamente urbana, ao contrário do ocorrido nas outras regiões de fronteira acima mencionadas. Isso reflete uma situação em que os interesses urbano-industriais já tinham se tornado em centro dinâmico da economia brasileira, a fronteira amazônica, inclusive.

Considerando que as cidades da colonização foram planejadas para dar suporte às atividades primárias que, em grande medida, apresentaram mau desempenho econômico, poder-se-ia supor que o crescimento da população urbana local não se sustentaria. A hipótese mais difundida nos anos 80 era de que estas cidades atrairiam os excedentes de população expulsos da área rural e que, num momento subsequente, os próprios núcleos urbanos expulsariam esta população por incapacidade de geração de renda que permitisse sua incorporação na economia local.

O que se observa, contudo, é que as cidades têm se consolidado. Os núcleos urbanos vêm sendo emancipados à condição de novos municípios e o comércio tem se firmado como principal atividade a sustentar as economias locais.

Caberia se questionar sobre a estrutura destas economias, responsáveis pelo dinamismo observado nas atividades urbanas, independente do mau desempenho da agricultura. Em primeiro lugar, é fundamental considerar a injeção de recursos na economia local através das transferências governamentais. Os recursos governamentais dispendidos nas atividades de apoio à agricultura e na estrutura administrativa das localidades de colonização emancipadas à condição de municípios contribuem para a consolidação das atividades comerciais que se tornam, elas próprias, a base econômica destas localidades. A padronização do consumo, que constitui fator de suma importância para potencializar as atividades mercantis nos pequenos centros urbanos, representa outro ponto a ser destacado na consolidação das economias daquelas cidades. Ademais, cabe mencionar a renda gerada pela atividade garimpeira, muito importante em alguns projetos de colonização.

Tais fatores se conjugam para sustentar o nível de atividade econômica nos núcleos urbanos, traduzindo-se em elevadas taxas de rentabilidade auferidas pelos comerciantes, permitindo que estes diversifiquem seu patrimônio. É dentro deste contexto que se insere a expansão dos capitais urbanos em direção do espaço rural.

ACUMULAÇÃO MERCANTIL E INVESTIMENTO EM TERRAS

Os núcleos urbanos dos projetos de colonização, desde sua origem, tiveram como função permitir a circulação da produção agrícola e atender a demanda dos colo-

nos. Vale dizer, a agricultura deveria se constituir em atividade dinâmica, sustentando o comércio localizado nas cidades. No entanto, a agricultura tem sofrido uma grave crise, sentida mais intensamente nas localidades de colonização privada do que na oficial. No Mato Grosso, vem ocorrendo mesmo a erradicação de culturas implantadas no início da colonização, como é o caso da cultura do café nos projetos de Alta Floresta e Paranaita, ambos da colonizadora INDECO. O uso da terra vem sendo crescentemente reconvertido para a atividade pecuária. Importante, também, são as atividades extrativistas: ouro nos acima mencionados projetos da INDECO e madeira, particularmente em São José do Rio Claro.

Por outro lado, a inversão no comércio permitiu notável valorização do patrimônio daqueles que se dirigiram aos projetos de colonização, maior mesmo do que a aplicação num ativo financeiro típico dos pequenos investidores, caso da caderneta de poupança, cuja remuneração mensal é de 0,5%. A Tabela II apresenta as taxas de acumulação média mensais auferidas por comerciantes, bem como a participação dos comerciantes que têm ativos agrícolas (terras e animais).

TABELA II
Acumulação Mercantil nas Cidades de Colonização

CIDADES	TAXAS DE ACUMULAÇÃO (Médias Mensais)	COMERCIANTES QUE TÊM ATIVOS AGRÍCOLAS (em %)	ATIVOS AGRÍCOLAS NO PATRIMÔNIO (em %)
PA: Colonização Oficial			
Altamira	1,53	26	10,6
Medicilândia	2,20	33	47,3
Pacajá	1,95	10	41,5
M. Alegre	5,04	33	25,6
MT: Colonização Privada			
A. Floresta	4,35	53	41,6
Paranaita	-0,29	71	33,8
N. Mutum	2,94	12	3,0
S.J.R. Claro	0,90	36	2,2

Fonte: Pesquisa de Campo, 1991.

A acumulação mercantil permitiu que muitos dentre os comerciantes da amostra diversificassem seu patrimônio, investindo na aquisição de Terras e Animais. Esta diversificação patrimonial foi movida pelo interesse em aplicar especulativamente num ativo real, principalmente entre os comerciantes da colonização privada. Conforme se pode observar na tabela acima, é justamente nos dois projetos da INDECO, onde as culturas agrícolas foram praticamente erradicadas, que a participação dos ativos agrícolas no patrimônio dos comerciantes foi maior. Essa imobilização em terras deve-se ao efeito combinado da descoberta de ouro naquela região com a rentabilidade auferida no comércio.

Dada a instabilidade da economia brasileira, com modificações bruscas nos preços relativos, a imobilização em “Terras” pode constituir-se numa alternativa para assegurar o valor do patrimônio. Quanto ao ativo “Animais”, além de conservar o valor patrimonial – ou até aumentá-lo, já que a variação do preço do gado tem sido maior do que a variação do IGP – proporciona alto grau de liquidez.

É curioso observar que a participação dos ativos agrícolas está mais disseminada entre os comerciantes que mantêm relacionamento mercantil com outros comerciantes estabelecidos nas Regiões Sudeste e Sul do país, conforme sugerem os dados da Tabela III. Nesta tabela, distribuímos os comerciantes de acordo com o tipo principal de relacionamento mercantil no qual estão envolvidos: se são principalmente fornecedores para o mercado meramente local, da Região Norte-Nordeste, para o Centro-Oeste ou para o Sul-Sudeste; ou se constituem mercado consumidor para os agentes estabelecidos naqueles mesmos locais.

TABELA III
Acumulação Mercantil e Participação dos Ativos Agrícolas no Patrimônio dos Comerciantes, segundo área de alcance de seus mercados.

TIPOS (Número de Questionários)	TAXA DE (*) ACUMULAÇÃO	PERCENTUAL DE ATIVOS AGRÍCOLAS NO PATRIMÔNIO DOS COMERCIANTES
Local/Local (31)	2,61	16,5
Local/Norte (3)	8,32	37,2
Local/Centro-Oeste (0)	-	-
Local/Sul (11)	3,04	61,3
Norte/Local (1)	1,45	-
Centro-Oeste/Local (7)	1,20	15,9
Sul/Local (26)	1,84	34,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 1991.

R. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 32, nº 4, p. 391-401, out./dez. 1994

Podemos verificar que as maiores taxas de acumulação encontram-se no comércio Local/Norte e Local/Sul, basicamente caracterizado pela venda de produtos agrícolas e florestais, beneficiados ou não. É este tipo de comércio que responde também pelos maiores percentuais de ativos agrícolas no patrimônio dos comerciantes. Destaca-se aí também o comércio Sul/Local, que diz respeito ao fornecimento de produtos industrializados, desde alimentos até eletrodomésticos, muito dinâmico em função da tendência à padronização do consumo.

Observa-se que são os comerciantes que intercambiam com o Sul aqueles que mais diversificaram seu patrimônio investindo em ativos agrícolas. Considerando que os sulistas migraram para a região, especialmente os que se dirigiram ao projetos de colonização privada, movidos pelo interesse em estabelecer-se diretamente na atividade comercial na área urbana das localidades de colonização, conclui-se que a rentabilidade de seus negócios tem permitido que se tornem proprietários fundiários. Assim, em última instância, a condição de proprietário de terras ainda atrai os migrantes para a fronteira amazônica, ainda que a origem do seu capital acumulado seja o comércio.

Esta diversificação patrimonial não aponta uma transferência de atividade urbana para a rural. Ao contrário, os entrevistados alegam que pretendem manter-se na condição de comerciantes, mas elegem a compra de terra e a atividade pecuária como alternativas de aplicação de seu capital acumulado. Neste sentido, as atividades mercantis não são temporárias, ao contrário, estão estabelecidas de modo propiciar aos que a elas se dedicam renda que lhes permitam sobreviver e/ou acumular patrimônio na fronteira amazônica.

Podemos, desta forma, afirmar que a acumulação mercantil nos projetos de colonização estudados tem gerado estratégias de diversificação patrimonial que envolvem a compra de terras agrícolas, tanto para fins meramente especulativos, como sugerem os dados referentes aos projetos privados onde a valorização da terra é maior, quanto para fins produtivos, como parece ocorrer na colonização oficial.

Cabe observar, entretanto, que a própria dinâmica demográfica, anteriormente mencionada, aponta para uma superação da estagnação agrícola, ainda muito dependente do relacionamento comercial com o Sul. O crescimento da população regional e mais, o crescimento da taxa de urbanização da população, sugere uma nova alternativa para a agricultura local, destinada ao abastecimento alimentar daquela população. Neste contexto, o movimento de expansão de capitais urbanos em direção ao espaço rural apresenta perspectivas rentáveis, não devendo ser reduzidas a inversões apenas especulativas, com base em investimentos públicos do governo federal tão característicos dos anos 60 e 70.

A GUIA DE CONCLUSÃO

O exame que procuramos realizar sobre os investimentos de pequenos agentes urbanos no mercado de terra na Amazônia teve como intuito retratar um fenômeno que vem ocorrendo com frequência em todo o país, sobretudo no entorno dos núcleos urba-

nos. Este fenômeno apresenta particularidades que o diferem da forma historicamente dominante de apropriação especulativa da terra no país, a qual está associada a constituição de latifúndios.

Em primeiro lugar, devemos destacar o momento histórico atual em que a terra agrícola se transforma em um ativo à semelhança dos títulos financeiros, o que por si só gera novas expectativas por parte dos agentes econômicos. Esta característica muda completamente o significado da terra enquanto reserva de valor. Conseqüentemente, a especulação com terras assume novas formas. A compra de terras para futura valorização, muito comum até os anos 70, torna-se, em tempos de crise econômica e ciclo inflacionário, estratégia pouco atraente para o investidor, tendo em vista a existência de ativos mais rentáveis e de maior liquidez no mercado financeiro.

Vale lembrar, por sua vez, que o contexto que dá novo significado econômico à compra de terras é marcado também pela redefinição jurídica da função social da propriedade rural, legitimada na Constituição de 1988, amplamente desfavorável à especulação fundiária. Neste contexto, a apropriação especulativa da terra não passa mais necessariamente pela subutilização ou semi-abandono de propriedades rurais.

Finalmente, observa-se que a compra de terras tem sido objeto de diversificação patrimonial não apenas por parte de grandes empresas, mas também por pequenos investidores urbanos. Estes vêm na compra de terras agrícolas uma fronteira de novas oportunidades de aplicações rentáveis de capital.

Num contexto de mudança de um modelo de desenvolvimento tão polarizado, como o que caracterizou o desenvolvimento da economia brasileira, para um outro mais descentralizado, apresentando tendência à desconcentração da população, observa-se uma expansão de novos negócios nas pequenas e médias cidades. Estas, por sua vez, gerarão impactos positivos na economia de suas áreas de influências, vale dizer, representarão mercados a serem abastecidos por produção alimentar de suas áreas rurais. Este cenário sugere intensificação do uso produtivo da terra agrícola e, portanto, perspectivas de dinamização nas formas de apropriação da terra.

Este fenômeno de expansão dos capitais urbanos em direção ao espaço agrário não é uma característica da Amazônia, mas corresponde a uma tendência na qual o capital tende a homogeneizar o espaço mediante a apropriação para fins de geração de lucro. Neste contexto, o espaço agrário torna-se completamente submetido à lógica da acumulação capitalista, o que contribui para levar, tendencialmente, à superação das distinções na forma como se apresenta o campo e a cidade. Na Amazônia, apesar de se constituir numa região de ocupação recente, em processo de estruturação, esse fenômeno já está presente e encontra menos resistência em se expandir por falta de ocupação anterior consolidada. Portanto, o que se apresenta como tendências nas regiões já consolidadas, na Amazônia emerge como característica ainda mais nítida.

R. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 32, nº 4, p. 391-401, out./dez. 1994

NOTAS

- (1) Este artigo originou-se de um relatório elaborado pela autora e por Manoel Augusto de Andrade Magina no âmbito do projeto BRA 89/008, do Contrato IPEA/PNUD.
- (2) Graziano, J. (org.) – **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- (3) Mueller, G. – **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989, Série Estudos Rurais.
- (4) Kageiyama, A. – “O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais”, in Delgado, G., Gaskes, J. G. e Villaverde, C. M. (org.) – **Agricultura e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, IPEA 127, IPEA, 1990.
- (5) Wilkinson, J. – **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo, Editora Hucitec, 1986, Série Estudos Rurais.
- (6) Delgado, Guilherme – **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas, Editora Ícone/Universidade de Campinas, 1985.
- (7) O exame que agora faremos sobre a aplicação de capitais no campo por parte de pequenos comerciantes da Amazônia baseia-se em um levantamento de dados primários realizado em 1991 para a pesquisa “A Colonização da Amazônia”, desenvolvida no IPEA/RJ, em convênio com o PNUD. O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar as condições sócio-econômicas dos colonos estabelecidos em 8 projetos de colonização dirigida nos Estados do Pará e Mato Grosso, durante a década de 80, bem como avaliar as perspectivas de reprodução social num contexto de auto-sustentabilidade. Por isto foram levantadas informações tanto dos colonos agricultores como também dos comerciantes que se estabeleceram nos núcleos urbanos dos projetos estudados. São, portanto, nas informações acerca dos comerciantes locais que apoiamos nosso estudo empírico.